

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quíelse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antônio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB).  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quíelse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTES

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTES

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

Presidente — Jorge Sato.

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB).

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES — Aginaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB).

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aginaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB).

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aginaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva;

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 146.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 28 de Setembro de 1972**  
**(Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Basílio Zanusso.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira — Muggiati Filho e Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à  
**ORDEM DO DIA**,  
com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:  
Discussão Única — da Proposição n. 66-72 Veto apostado ao Projeto de Lei n. 92-71, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, concede pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao Ancião Valentin Beck. — Relatório da C. C. J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. **Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.** Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã dia 29, sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**  
Discussão Única — da Proposição n. 67-72.  
Levanta-se a sessão.

**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 147.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 28 de Setembro de 1972**  
**(Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira — Muggiati Filho e Sebastião Rodrigues Júnior. (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**  
— de autoria do senhor Deputado João Fadel, solicitando dispensa de Publicação da Redação Final do Projeto de Lei n. 87-72.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão Senhor Elias Jorge, ocorrido no dia 16 do corrente.

O Senhor Elias Jorge foi pessoa das mais estimadas pela sua atitude cristã e de verdadeiro chefe de tão tradicional família curitibana. Seu exemplo digno e honrado, merece ser devidamente reverenciado, como homenagem a quem tanto contribuiu para a felicidade e compreensão, não só familiar mas da sociedade em que viveu.

Assim, uma vez aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

(a) Igo Losso

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo lamentado desaparecimento, em Siqueira Campos, do prestimoso e benquisto cidadão senhor Joaquim Urias, de participação valiosa em todos os cometimentos dirigidos para construção do progresso e justo renome do aludido Município.

O infausto acontecimento soube despertar o pesar geral da população, eis que Joaquim Urias, mercê de sua estatura moral e de estranhado amor às lutas pelo futuro de Siqueira Campos, desfrutava de respeito e simpatias gerais.

Solicita o signatário, pois, que da decisão da Casa seja oferecido conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

(a) — Aginaldo Pereira Lima

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, nos termos do Regimento Interno, ouvido o Plenário, requer o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Eng.º Pedro Viriato Parigot de Souza, bem como ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Eng.º Ivo Máximo Rodrigues, no sentido de socorrerem os Municípios Saldo do Lontra, Dois Vizinhos, Pato Branco e Francisco Beltrão, todos enfrentando duros rigores impostos pelas constantes chuvas desabadas sobre os mesmos danificando pontes e comprometendo comunicações, isolando comunas e impondo sérios sacrifícios às suas lavouras.

Atento ao empenho governamental em levar sua contribuição, por todos os meios e modos, ao progresso e bem estar das coletividades paranaenses, confia o signatário na adoção pronta de medidas que venham amenizar as desesperanças e apreensões do momento, estimular o retorno da clima construtiva.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR — no sentido de que determine estudos, objetivando o reaparelhamento do serviço telefônico na cidade de Palmeira.

Detentora de um dos primeiros serviços telefônicos do Estado, a cidade de Palmeira não viu, apesar do avanço tecnológico das comunicações, o mesmo acompanhamento das demais cidades paranaenses. Assim é que, ainda hoje, aquele serviço é prestado a mais de uma centena de usuários através de magneto, fato que o torna contraproducente e pouco rentável à TELEPAR, pelo dispêndio de mão-de-obra, bem como aos detentores de aparelhos, pela demora nas ligações. Apesar disso suas tarifas são elevadas, fato que torna o telefone privilégio de alguns.

Por isso tudo, há necessidade da TELEPAR realizar estudos visando a implantação dos telefones automáticos que constituem, nos dias de hoje, a forma ideal para aquela comunicação.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

(a) — Domicio Scaramella.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de congratulações pela passagem do 60.º aniversário de fundação do Município de Mallet, presentemente experimentando um entusiasmador surto de progresso mercê a elogiável administração cumprida por seu Prefeito, senhor José Matioski.

Município de amplos horizontes progressistas, Mallet desfruta, a.ém do natural prestígio por seu decidido trabalho construtivo, como força estimuladora da paz, tranquilidade e bem estar de sua população, alta soma de respeito no concerto das comunidades paranaenses, e isto por suas belas tradições e exemplos de tenacidade para vencer o desafio da presente era de fecundas realizações administrativas nos setores municipais, estaduais e federais.

Solicita o signatário seja dado conhecimento da decisão da Casa ao senhor Prefeito Municipal de Mallet, senhor José Matioski.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

a) Wilson Brandão.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Regimento Interno da Casa Requer, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios aos Exmos. Srs. Ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura; Presidente da C.B.D.; Presidente do Conselho Nacional dos Desportos, Presidente da Federação Mineira de Futebol e ao Sr. José Milani, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, encarecendo providências no sentido de que se dê cumprimento, em todo o território nacional, do que está disposto na Lei Anti-Doping, instituída, em tão boa hora, em nosso país, visando preservar um dos mais caros patrimônios do nosso povo, amante das atividades desportivas e — principalmente, do futebol — a grande alegria da gente brasileira.

Necessário se torna uma rigorosa fiscalização e o imprescindível exame médico dos jogadores, antes e após qualquer peleja, colocando-se ponto final nas lamentáveis ocorrências que se registram, periodicamente, em nosso Estado — e em diferentes pontos do Brasil, tal como vem ocorrendo na Capital mineira, oferecendo matéria de primeira página nos principais jornais do país.



Ainda hoje, o prestigioso matutino "Diário Popular" reproduz, com destaque, depoimento de conhecido médico mineiro, o qual denuncia o uso de estimulantes pelos jogadores do Clube Atlético Mineiro, possivelmente, segundo informações do facultativo, com a conivência dos dirigentes daquela conhecida agremiação.

Tais fatos devem ser apurados com o máximo rigor — e é bom lembrar — que aqui mesmo, em nosso Estado, ainda recentemente, foram feitas denúncias idênticas, provocando escândalo e envolvendo nomes e agremiações de nossa terra — o que motivou profundo constrangimento no seio da coletividade desportiva do nosso Estado.

Agora, chegou a vez dos mineiros — ora a Lei existe e deve ser cumprida — tanto aqui, como lá, e em todo o território nacional.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

(a) Wilson Brandão.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um Voto de aplausos pelas profícias e vitoriosas atividades da IMAM, Indústria de Máquinas Maringá Ltda.

A presente solicitação reflete ato de inteira justiça à citada organização, a qual vem de lançar, com absoluto sucesso, no mercado estadual, atingindo também animadoramente o nacional, a Colhedora Automotriz IMAM-MARINGÁ, fator valioso de contribuição para o desenvolvimento pleno das atividades agrícolas, aberta de passos decisivos nas lutas para implantação patriótica de nossos parques industriais.

Solicita o signatário, ao ensejo, seja oferecido conhecimento da decisão da Casa ao Senhor Prefeito Municipal de Maringá, Adriano José Valente, à Câmara Municipal dali e aos Senhores Diretores da IMAM-MARINGÁ.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1972.

(a) Wilson Brandão.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Há neste momento milhares de pessoas trabalhando para o Governo do Paraná, inseguras e mal remuneradas, vivendo desengançadas o paradoxo de terem negadas pelo Poder Público quaisquer garantias social-trabalhistas, nesta época em que elas são implantadas até no mais distante confinamento rural do País. São elas o que chamamos de "servidores recebidos", gente contratada a título precário pelo Governo, sem garantias de estabilidade, aposentadoria, montepio, assistência médico-hospitalar. Sem perceberem sequer o salário mínimo, ou seja o essencial para a sobrevivência.

Entre elas, um dramático exemplo é dado por uma multidão de serventes da Secretaria de Educação e Cultura percebendo pouco mais de 140 cruzeiros mensais, párias da legislação social Brasileira. São mulheres que se consomem no trabalho pesado há anos, herança triste de outros governos, tendo como única esperança ver um dia suas situações funcionais regularizadas, na expectativa melancólica de equiparação em vantagens e vencimentos com as serventes nomeadas.

De fato, são servidoras do Poder Público; de direito, são de ninguém. Essas mulheres e suas famílias, na hora da necessidade de assistência médico hospitalar, engrossam as fileiras da indigência, recebendo por caridade benefícios a que têm direito, como direito tem qualquer ser humano que trabalha, desde a instituição da legislação previdenciária neste País.

É uma grande vergonha que recaia sobre todos nós, os responsáveis pela administração pública; fato que se comprova nos vários pronunciamentos que o assunto aqui mereceu. Só não se falou foi da perspectiva de uma solução próxima para o drama desses injustiçados, o que temos esperança de fazermos hoje. Manifestou o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em contato com Deputados, preocupação urgente de acertar a situação dos recebidos, apagando de vez essa mancha odiosa do Serviço público estadual. Revolta a sensibilidade humana de Sua Excelência o permanecer apático. Mas, como já sentiram outros governos, qualquer solução esbarra em impedimentos de ordem legal, vedado que é o provimento puro e simples dos recebidos em cargos efetivos. Manda a Lei que a admissão de servidores se processe apenas mediante concurso público.

Seria justo concursar pessoas que estão desempenhando funções há anos, revelando mais que proficiência pois chegam à abnegação?

Seria correto expor quem já deu mais que o exigível, trabalhando em regime humilhante, à perda de um emprego que é odioso mais é fonte de subsistência?

A abertura de um concurso público normal por certo provocaria uma corrida de pessoas mais aptas e mais jovens, tirando-lhes este mínimo que conseguiram e suportam: um emprego precário.

Encontrar uma fórmula humana, viável, conveniente para o Estado e legal, tem sido grande preocupação manifestada pelo Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Sua assessoria está motivada para o assunto, sendo oportuno que esta Casa também ofereça sua contribuição para que a solução venha equânime e completa.

Assim sendo, solicitamos à Mesa, ouvida a Casa, envie-se sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que, abrindo curso público para as vagas hoje ocupadas por pessoal recebido, atribua-se maior número de pontos pelo tempo de exercício da função a título precário. Em nosso entender, seria uma forma de garantir àqueles que têm condições mínimas para as funções, que se submeteriam de bom grado ao concurso sem o perigo de verem as suas atividades sustadas depois de tantos anos de luta e sofrimento.

Acompanhando a sugestão, solicitamos ainda que se manifeste a Sua Excelência a disposição desta Casa de dar amparo e acolhida a qualquer providência legal de igual sentido, apoiando, seja qual for a fórmula que o Executivo entender melhor para amparar a esses milhares de injustiçados.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972.

(a) Erondy Silvério

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja endereçado ao Exmo. Sr. Higinio Corsetti, Ministro das Comunicações,

um expediente transmitindo a surpresa geral causada por seu pronunciamento de 26 do corrente, na ABERT, alusivo ao Dia da Radiofonia no qual S. Exa. elogia a alta qualidade da programação do rádio e da televisão nacionais, nos últimos tempos, em contraste flagrante com a realidade concreta, como se verifica da análise de certos programas intencional e melancolicamente pornográficos das queixas generalizadas dos telespectadores e da opinião da crítica especializada, que aponta sistematicamente o baixo nível artístico e cultural dos espetáculos.

Requer seja dito, no mesmo expediente que, na hipótese de o eminente Ministro na verdade encarar como boa a programação referida, pelo menos determine providências quanto à fixação de horários compatíveis com certos programas de televisão, cujos quadros versem temas respeitáveis como família, casamento, sexo, amor, fidelidade, direitos femininos hábitos e costumes, em tom galhofeiro e debochado, em vista de serem extremamente ofensivos e prejudiciais aos expectadores em face de formação intelectual e moral.

Sala das Sessões em 28 de setembro de 1972

(a) Antonio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — A mesa registra com satisfação a presença em Plenário do Vereador Sadi Fabiani, do município de Nova Londrina.

Ao ilustre visitante, os nossos cumprimentos.

Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sudoeste paranaense tem sofrido intempéris nas últimas semanas, de maneira a proporcionar os maiores prejuízos já verificados naquela densa região, a ponto de desesperar as autoridades municipais além de alarmar a população pelos prejuízos vultuosos que as últimas chuvas tem causado aos diversos municípios daquela extraordinária região.

Acabo de receber um telegrama que procede do município de Salto do Lontra e relata de maneira tão triste a situação em que se encontram as populações daquele e dos municípios vizinhos.

Diz o Prefeito Municipal, sr. João Maria, que as últimas chuvas destruíram totalmente todas as pontes sobre o Rio do Salto do Lontra, isolando o município dos municípios de Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão e de Sta. Isabel do Oeste. Portanto, está isolado este, Salto do Lontra, de todos os demais municípios vizinhos.

Além do mais, relata S. Exa. o sr. Prefeito Municipal, os prejuízos causados pelas enchentes às indústrias de mão-de-obra, normalmente localizadas às margens dos principais rios, a situação aflitiva dos criadores que tiveram as suas criações levadas pelas enxurradas principalmente, as de suínos, que foram arrastadas levando a economia total dos nossos agricultores e pecuaristas. Há algumas semanas o Sudoeste vinha sofrendo face a maior geada extemporânea já verificada na região, com a destruição quase total da nossa já empobrecida triticultura, agora são as estradas, as pontes, os boeiros, a isolar completamente uma região.

Em contato telefônico que mantive pela manhã com as autoridades municipais de Pato Branco, recebi também notícias de que a estrada Três Pinheiros-Pato Branco, fora interrompida, face ao deslizamento de terras ocorrida na tarde de ontem.

Os municípios de Itapejara, Verê, S. Jorge do Oeste e São João, também estão passando momentos tristes.

É esta a razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que me leva a dirigir, através de Requerimento que está sobre a Mesa, vemente apelo ao Sr. Governador do Estado, e ao Sr. Engenheiro Ivo Máximo Domingues, Secretário dos Transportes, no sentido de providenciarem, com urgência socorros àquela Região, àquela população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não bastassem esses desastres climáticos ainda estamos, na Região, com nossos criadores sofrendo prejuízos evidentes e enormes em uma de suas principais economias. Quando, desta Tribuna, protestávamos contra a importação de banha europeia para suprir o mercado consumidor brasileiro, e relatávamos a queda violenta do preço do suíno, uma das principais fontes de renda de nossa Região, o Sr. Ministro de Indústria e Comércio, da época, respondendo ao nosso apelo afirmava que o Governo brasileiro estava suspendendo a dita importação, procurando salvar os criadores paranaenses, catarinenses e gaúchos. Soubemos há poucos dias, que a importação foi reencetada e o preço do suíno voltou a cair vertiginosamente. O valor do quilo do suíno que era de 2,50, na Região, baixou para 1,60. Não bastasse isso, a Secretaria da Fazenda mantém uma pauta de cobrança do ICM da ordem de 2,50, quando a carne está sendo vendida pelo criador ao preço base de 1,60 o quilo.

São situações que, quero crer, não existem somente no Sudoeste, mas no Oeste também. Porquanto, as regiões mais beneficiadas deste Estado, a cafeeira e a algodoeira, têm outras fontes de recursos que estão a produzir, a curto prazo, o necessário para que as suas populações tenham minorados os seus sofrimentos.

Mas, parece-me que até Deus está se esquecendo do querido Sudoeste paranaense. Não bastassem as geadas, as chuvas violentas, os temporais, os granizos, ainda há a incompreensão de nossas autoridades fazendárias que não têm atendido os apelos de justiça que são feitos no sentido de que o ICM seja, realmente, cobrado do produtor e do comerciante, dentro da pauta real do valor do produto.

Não bastasse isso, somente o deferimento da primeira operação do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadoria tem sido, também, motivo de injustiça na devolução dos percentuais cabíveis às nossas pequenas comunas sudoestinas.

Fica o apelo, primeiro, para que o Sr. Governador do Estado entenda que a única estrada de penetração que demanda de Curitiba e parou em Pato Branco, deve demandar no sentido da fronteira Brasil-Argentina, para que não permaneça isolada a imensa região de Vitorino, Renascença, Marmeleiro, Barracão, Pérola d'Oeste, Santo Antonio, Capanema, Planalto; para que a estrada Francisco Beltrão, aquela que demanda a Enéas Marques, Salto do Lontra, Santa Isabel, Ampé, a Dois Vizinhos, São Jorge do Oeste, Verê, Itapejara do Oeste, São João, tenha o atendimento primário ao menos, de um revestimento mesmo parcial e primário.

O SR. NELSON BUFFARA — A Mesa informa ao nobre Deputado que resta um minuto para concluir a sua oração.



O SR. IVO TOMAZONI — Vou concluir, obrigado Sr. Presidente. Para que não tenhamos que responder no dia a dia ao pé da campanha eleitoral, o desafio da Oposição dirigidos aos homens do Governo, que estão a perguntar e a desafiar qual a obra no município ou na região que está a merecer deste Governo, a continuidade, para justificar a defesa, até emocional que todos os homens da ARENA estão a fazer do nosso Governo Estadual e Federal.

Fica aqui o apelo para que o Governo — e quando me refiro ao Governo me refiro a todos nós, responsáveis pelo Partido que dá a sustentação política e administrativa, no sentido de que lembrem do sofrimento da gente que é responsável pelo progresso desse Estado, pelo progresso desta Nação. E, notoriamente aí está ainda, graças ao esforço individual e coletivo das populações que não tem merecido a competente retribuição dos Governos que aí estão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Presidente — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 1-71, dá nova redação ao artigo 1.º da Resolução n.º 2-66, de outubro de 1966. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 177-70, autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 28-71, cria uma Escola Normal Colegial no Município de Indianópolis. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 136-71, autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 157-71, autoriza o Poder Executivo, a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome e Jurisdição nos Municípios que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 219-71, autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social (SOLEAS). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 238-71, declara de Utilidade Pública, a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 27-72, Mensagem Governamental n.º 6-72, encaminhando anteprojeto de lei, que visa fazer reverter o patrimônio do Município de Paranaguá, área de terras que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55-72, autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública, a Associação Paranaense de Ensino, desta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 76-72, autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios, às viúvas dos suplentes de Deputado Estadual como especifica. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58-71, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, dispõe sobre a credenciação, pelo "DETRAN" de entidades para realizar exames Psicotécnicos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130-71, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Município de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Com Emenda. **Aprovado com emenda.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 263-71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20-72, de autoria do Dep. David Federmann, declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39-72, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, declara de Utilidade Pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, "LICOPAR", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual da Cidade de Jacarezinho e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Em Regime de Urgência. — Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, dá nova redação ao artigo 3.º, da Lei n.º 6.314, de 24-8-72, que criou o Município de Francisco Alves. Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27-72, de autoria da Co-

missão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 146-72, aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União Federal, objetivando execução a nível Estadual do Sub-Programa de apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e utilização de sementes melhoradas, segundo o Plano Nacional de Sementes PLANSEN. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 307-70, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, no Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20-71, de autoria do Dep. Gilberto Rezende de Carvalho, cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Pedro do Ivaí. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 269-71, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal de Ester de Oliveira Ribas, concedida pela Lei n.º 4.302, de 23-12-60. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56-72, de autoria dos Depts. Fabiano B. Cortes e Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, Marca "HUBERWARCO" pertencente ao D.A.T.M. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112-71, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública o "Hospital Amazonas Pereira Caldas" com sede no Município de Pinhão. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 112-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Hospital Amazonas Pereira Caldas, com sede no Município de Pinhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

a) — Deputado João Mansur

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital Amazonas Pereira Caldas, fundado no mês de janeiro de 1966, além da assistência médico-hospitalar fornecida aos habitantes daquele Município, citamos a assistência fornecida aos indigentes.

Portanto, nada mais justo que seja declarado de utilidade pública o referido Hospital.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 112-71

AUTOR: — Deputado João Mansur

SÚMULA: — Declara de utilidade pública o Hospital Amazonas Pereira Caldas, com sede no Município de Pinhão.

#### PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado João Mansur, visa declarar de utilidade pública o Hospital Amazonas Pereira Caldas, do Município de Pinhão, tendo em vista os relevantes e inúmeros serviços que presta à população daquele Município.

Os documentos que instruem o processo provam que o Hospital está em condições de ser declarado de utilidade pública, de acordo com a legislação em vigor.

Não há óbice legal ou constitucional.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido M. de Oliveira

Santos Lima

Maurício Fruct

Erondy Silvério

Ovidio Franzoni

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na Cidade de Santa Isabel do Ivaí. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 12-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede e foro na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

a) Deputado Wilson Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, C.A.P.S.I. — tendo por objetivo a promoção e assistência, principalmente aos menos favorecidos e indigentes, proporcionando-lhes inclusive, Educação Moral, Social e Cívica.

A entidade foi criada com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade conforme comprova documentação inclusa cumprindo os requisitos para a aprovação deste projeto.



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 12-72**

**AUTOR** — Deputado Wilson Fortes

**SÚMULA** — Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na cidade de Santa Isabel do Ivaí

**PARECER**

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, que cabe a esta Comissão examinar, visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

O referido Projeto está perfeitamente de acordo com os dispositivos da Lei Federal n.º 91, de 2.5.61, regulamentada pelo Decreto n.º 50.517, do mesmo ano, donde se conclui que a mesma preenche os requisitos contidos no seu estatuto.

Quanto aos aspectos legal, constitucional e da oportunidade que esta Comissão tem a examinar, não há restrição a fazer.

Das considerações expostas, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

(aa.) **Armando Queiroz** — Presidente  
**Muggiati Filho** — Relator  
**Cândido M. de Oliveira**  
**Santos Lima**  
**Maurício Fruet**  
**Erondy Silvério**  
**Ovidio Franzoni**

**1.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 132-72, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, declara de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 132-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) — Deputado Marciano Baraniuk

**JUSTIFICATIVA:**

Com o presente Plano de Lei, pretendemos declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede e foro nesta Capital, à rua Brasilino Moura n.º 500, bairro Ahú de Baixo.

Essa entidade, fundada em 25 de abril de 1965, é uma sociedade Civil de caráter religioso e tem por finalidade a educação e instrução da infância e juventude, o serviço de enfermagem em hospitais e casas de saúde, bem como outras obras de caráter social, conjugando os estabelecimentos mantidos pelas Irmãs da Divina Providência no Estado do Paraná e em outros Estados da União.

Dentro de suas possibilidades e na medida em que as circunstâncias permitirem, a Sociedade poderá desenvolver qualquer obra de educação, ensino e assistência social, em benefício da juventude, sobretudo os mais necessitados.

Os requisitos exigidos pela Lei para aprovação deste Projeto estão plenamente cumpridos, conforme se constata pela documentação inclusa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N.º 132/72**

**AUTOR:** Deputado Marciano Baraniuk.

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede e foro nesta Capital.

**P A R E C E R**

O desiderato do Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Marciano Baraniuk, ora submetido ao estudo e parecer desta Comissão, é declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede e foro nesta Capital.

A entidade enfocada, é uma Sociedade Civil de caráter religioso, tendo por finalidade obras de caráter social, conjugando os estabelecimentos mantidos pelas Irmãs da Divina Providência em todo o Brasil.

Os requisitos exigidos pela Lei para a declaração de Utilidade Pública, estão plenamente cumpridos, ou seja: a) a sociedade está em funcionamento há mais de um ano; b) tem seu Estatuto Social devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente; c) não distribui lucros e seus diretores não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração; e, d) presta serviços à coletividade de maneira desinteressada.

A exposição feita pelo Ilustre Deputado autor da proposição na justificativa apresentada, demonstra claramente a oportunidade da medida proposta.

Não fere dispositivo legal ou constitucional.

Opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30-8-72.

aa) **Armando Queiroz** — Presidente.  
**Cândido M. de Oliveira** — Relator.  
**Muggiati Filho**  
**Erondy Silvério**  
**Ovidio Franzoni**  
**Maurício Fruet**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Jorge. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Urias, ocorrido em Siqueira Campos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado e ao

Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de socorrer os municípios de Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Pato Branco e Francisco Beltrão, todos enfrentando duros rigores impostos pelas constantes chuvas desabadas sobre os mesmos, danificando pontes e comprometendo comunicações, isolando comunas e impondo sérios sacrifícios às suas lavouras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, no sentido de que determine estudos, objetivando o reaparelhamento do serviço telefônico na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando sejam enviados ofícios aos Srs. Ministro da Educação e Cultura, Presidente da C.B.D., Presidente do Conselho Nacional dos Desportos, Presidente da Federação Mineira de Futebol e ao Sr. José Milani, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, encarecendo providências no sentido de que se dê cumprimento, em todo o território nacional, do que está disposto na Lei Anti-Doping. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 60.º aniversário de fundação do Município de Mallet, recentemente experimentando um entusiasmo surto de progresso mereço à elogiável administração cumprida por seu Prefeito, Sr. José Matioski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos pelas profícuas e vitoriosas atividades da IMAM, Indústria de Máquinas Maringá Ltda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que abra concurso público para as vagas hoje ocupadas por pessoal recebido, atribua-se maior número de pontos pelo tempo de exercício da função a título precário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro das Comunicações, transmitindo a surpresa geral causada por seu pronunciamento do dia 26 do corrente, na Abert, alusivo ao Dia da Radiofonia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 87/72. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, sexta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Lei nrs.: 87-72, 116-72, 117-72 e 127-72;

3.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nr. 27/72 e dos Projetos de Lei nrs. 307-70, 20-71, 269-71 e 56-72;

2.a **DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei nrs. 112-7, 12-72, 132-72;

1.a **DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei nrs. 183-71, 186-71 e 256-71.

Levanta-se a Sessão.

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA 25.a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso, apresentou redação final aos seguintes processos:

**PROJETO DE LEI N.º 177-70** — Autor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Santa Cecília do Pavão.

**PROJETO DE LEI N.º 28-71** — Autor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal Colegial, no Município de Indianópolis.

**PROJETO DE LEI N.º 136-71** — Autor deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o Curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar no próximo ano letivo.

**PROJETO DE LEI N.º 157-71** — Autor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, com sede no Município do mesmo nome e jurisdição nos municípios que especifica.

**PROJETO DE LEI N.º 219-71** — Autor deputado Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social — SOLEAS.

**PROJETO DE LEI N.º 238-71** — Autor deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital.

**PROJETO DE LEI N.º 27-72** — Autor Poder Executivo — Mensagem nr. 6-72, encaminhando ante-projeto de lei que visa fazer reverter ao Patrimônio do Município de Paranaguá, área de terras que especifica.

**PROJETO DE LEI N.º 55-72** — Autor deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Associação Paranaense de Ensino, desta Capital.

**PROJETO DE LEI N.º 76-72** — De autoria do deputado Álvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal correspondente a 1/3 (um terço) da parte fixa dos subsídios, a viúvas dos suplentes de deputado estadual, como especifica.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1-71** — Autor deputado Muggiati Filho, que dá nova redação ao artigo 1.º da Resolução nr. 2-66, de 5-10-66. — **Aprovadas.**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio G. Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) **Gabriel Manoel** — Presidente.

a) **Lélcio G. Sotto-Maior** — Secretário.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 177-70**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná



DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Santa Cecília do Pavão, um Colégio Comercial Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 28-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal Colegial, no Município de Indianópolis.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 136-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o Curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento do Curso criado por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 157-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome, desmembrado do 5.º Distrito Rodoviário, com sede em Guarapuava, com jurisdição, além do Município sede, nos de Chopinzinho, Palmital, Quedas do Iguaçu, São João, São Jorge do Oeste e Guaraniaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 219-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social — SOLEAS, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 238-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 27-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Paranaguá, uma área de terras de 4.980 m<sup>2</sup> (quatro mil novecentos e oitenta metros quadrados), situada na Vila Madeira, daquela cidade, área essa havida pelo Estado conforme doação feita pelo referido Município, através de Escritura Pública datada de 2 de setembro de 1967, lavrada sob nr. 228, pelo 1.º Tabelionato da Comarca de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 55-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Associação Paranaense de Ensino, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 76-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a viúva de suplente de Deputado Estadual, que tenha exercido o mandato por tempo superior a 6 (seis) meses, pensão mensal de valor correspondente a 1/3 (um terço) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação própria da Assembléia Legislativa, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nr. 1-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O art. 1.º da Resolução nr. 2-66, de 5 de outubro de 1966, passa a ter a vigência seguinte:

“Art. 1.º — A deliberação da Assembléia Legislativa sobre o nome proposto pelo Governador do Estado, para o cargo de Prefeito da Capital, nos termos do art. 104, inciso I, da Constituição Estadual, obedecerá o procedimento estabelecido na presente Resolução”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-09-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso

Jorge Sato

Relatores